

## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SINDIFISCO – MG EM 25.03.10

Às 09h55m do dia 25 de março de 2010, em segunda chamada, na sede do SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA ESTADUAL, FISCAIS E AGENTES FISCAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SINDIFISCO-MG, localizado na Av. Afonso Pena, 3.130, no andar Térreo – Funcionários - Belo Horizonte/MG, com a assinatura na lista de presença de 41 (quarenta e um) filiados e encerrando com 37 (trinta e sete) participantes, foi realizada a Assembléia Geral Ordinária do SINDIFISCO-MG, com o objetivo de submeter à aprovação dos sindicalizados presentes as contas do exercício de 2009 do SINDIFISCO-MG. A AGO foi aberta pelo presidente do SINDIFISCO-MG, Lindolfo Fernandes de Castro, que passou a condução dos trabalhos para o membro eleito do Conselho Fiscal gestão 2010/11, Marco Antônio Puppín, que se declarou impedido de dirigir a AGO em função de ter sido diretor da gestão cujas contas estavam sendo analisadas, convidando o filiado José Roberto Medeiros - Catraca, membro do Conselho Fiscal da gestão 2008/09, que presidiu e secretariou a AGO. Pediu a palavra o presidente do Conselho Fiscal gestão 2008/09, Hugo Sena, que solicitou esclarecimentos ao ex-presidente do Sindicato sobre a filmagem ali presente. Matias Bakir informou que queria registrar a AGO e todos os custos da filmagem seriam arcados por ele. Lindolfo de Castro solicitou a Matias que fosse disponibilizada cópia da filmagem para o Sindicato. O presidente da AGO, José Roberto Medeiros – Catraca fez a leitura da pauta de convocação da AGO publicada no Jornal Hoje em Dia no dia 20/03/2010, passando para a leitura do Parecer Conclusivo do Conselho Fiscal, solicitando ao filiado Hugo Sena que passasse as informações dos slides que ilustrariam o parecer. Levantou questão de ordem o filiado Oswaldo Flores dizendo achar desnecessária a leitura do parecer tendo em vista o mesmo ter sido divulgado no site do Sindicato e ser do conhecimento de todos. O presidente da AGO informou que a dinâmica de uma AGO é a leitura do parecer, abertura de questionamentos e debates, deliberações e votações. Continuou os trabalhos procedendo à leitura do Parecer Conclusivo do Conselho Fiscal referente à prestação de contas do exercício 2009, nos seguintes termos: *“Aos Filiaados do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais – SINDIFISCO – MG, fomos eleitos, por votação direta e secreta, concernente ao mandato do biênio 2008/2009, para exercer as atribuições de Conselheiros Fiscais que consistem em emitir parecer sobre a prestação de contas anual elaboradas pela Diretoria Executiva da gestão 2008/2009, assim como exercer a auditoria de forma a verificar a regularidade da vida econômica e financeira da entidade. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria, e compreenderam: a) inspeção e confrontação – exame de registros, documentos e de ativos tangíveis; b) cálculo – conferência da exatidão aritmética de documentos comprobatórios, registros e demonstrações contábeis e outras circunstâncias; c) conferência - de direitos se efetivamente existentes em certa data; d) abrangência – se todas as transações estão registradas; e) mensuração, apresentação e divulgação – se os itens estão avaliados, divulgados, classificados e descritos de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade; f) reclassificação das contas em 06 (seis) grandes grupos, a saber: Despesas Administrativas, Comunicação, Jurídico, Diversas, Representação Externa e Representação Interna (vide slides 02 ao 05)”*. Nesse momento o presidente do Conselho Fiscal gestão 2008/09, Hugo Sena, fez elogios à pessoa do ex-diretor tesoureiro, Fernando Saldanha, pela reformulação no plano de constas da entidade. Tomou assento na mesa da AGO o filiado Gamalier Lopes de Paiva, membro do Conselho Fiscal gestão 2008/09. O ex-presidente Matias Bakir disse que iria esclarecer sobre as despesas com comunicação apresentadas no slide 05. Retomou a leitura do parecer o presidente da AGO: *“No tocante às ressalvas apontadas no Parecer Conclusivo do Conselho Fiscal referente às contas de 2008, recebemos em 10 de*

fevereiro de 2010, do Presidente da gestão 2008/2009, um documento intitulado “Nota de Esclarecimento ao Conselho Fiscal e à categoria” com comentários e explicações sobre as ressalvas constantes do parecer. Em resposta formalizada pelo memorando 001/2010, de 25 de fevereiro de 2010, o Conselho Fiscal reafirmou seu entendimento nos seguintes termos: 1ª O Conselho Fiscal constatou a existência de ligações telefônicas dos aparelhos da entidade para telefones que não decorrem de atividade sindical. Divergimos do entendimento do Presidente da gestão 2008-2009 quando avaliou como pertinente à atividade sindical as ligações sobre as quais o Conselho apontou e ao afirmar que, das poucas vezes em que o aparelho celular foi utilizado fora da normalidade, o sindicato foi reembolsado pelos gastos realizados; 2ª Sobre a restituição dos valores à entidade de gastos com passagens aéreas não utilizadas por palestrantes do IV Conefisco, realizado em junho de 2008, acreditamos que além das explicações sobre o fato tais como, porque o valor creditado da fatura de setembro de 2008 não foi imediatamente repassado ao sindicato e porque os valores reembolsados para o sindicato não foram corrigidos, é necessário elaborar um demonstrativo contendo o valor correto e, se for o caso, providenciar o devido reembolso complementar. Sobre a prestação de contas do exercício de 2009, o nosso parecer em relação à situação econômica e financeira da entidade, sem considerar as receitas auferidas e as despesas pagas pelo fundo Fiscoforte, aponta para alguns fatos que influenciaram de forma negativa o resultado operacional do sindicato, que neste exercício amargou um déficit aproximado de R\$ 189 mil. (vide slide 06). É oportuno recapitular que nos termos da ata da reunião do Conselho Fiscal, lavrada em 26 de novembro de 2008, ficou explicitada, entre outros assuntos, a preocupação sobre a situação financeira da entidade, tendo em vista os compromissos assumidos, principalmente a IV Plenafisco e a campanha de mobilização. Deste modo, foi solicitado à Diretoria a apresentação do Orçamento Anual de 2009, contendo o confronto das despesas e receitas mensais, especificadamente as relacionados aos eventos planejados, como o IV Plenafisco e a campanha de mobilização. A resposta encaminhada ao Conselho Fiscal (Ofício nº. 034/09 de 31.03.2009) ressaltava que os compromissos assumidos e as demais despesas estavam estimados nos cálculos da previsão orçamentária apresentada para o exercício de 2009. Contudo, os gastos com a mobilização e o IV Plenafisco excederam, em média, 81% da previsão orçamentária do exercício de 2009, contribuindo efetivamente para esse quadro deficitário. (vide slide 07). Cumpre registrar o elevado gasto despendido na realização do IV Plenafisco. O evento custou aos cofres do sindicato a importância de R\$ 253.505,78 que, somados ao custo da contribuição anual da FENAFISCO, totalizam aproximadamente a quantia de R\$ 360 mil (vide slide 08). No mesmo sentido, a campanha de mobilização, desenvolvida em 2009, na qual constam dispêndios com marketing (outdoor, peças gráficas, assessoria e etc.), AGE, CDA e diversos atos públicos, somaram gastos de R\$ 585 mil. O sindicato obteve patrocínio de aproximadamente R\$ 66 mil referentes a esses gastos (vide slide 09). Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de março de 2009, a categoria aprovou o Fundo Fiscoforte que tem por objetivo prover recursos financeiros necessários à promoção das ações de mobilização da fiscalização. Contudo, os recursos financeiros do fundo, de acordo com o regulamento aprovado (art. 2º), somente serão utilizados para custear algumas despesas de mobilização desde que esgotada a verba prevista no orçamento anual do Sindicato. O total gasto com a campanha de mobilização foi de R\$ 585 mil e deste valor o fundo Fiscoforte custeou algo em torno de R\$ 310 mil. O restante, R\$ 275 mil, ficou por conta do sindicato, montante 18% superior ao previsto no Orçamento Anual de 2009 (vide slides 10 e 11). Os gastos excedentes com a campanha de mobilização e o IV Plenafisco seriam suficientes para justificar a dificuldade financeira enfrentada pelo sindicato a partir do 2º semestre de 2009, que resultou no déficit anual de aproximadamente R\$ 189 mil (vide slide 12). No comparativo mensal entre receita e despesas, em 2009 tivemos 09 meses no vermelho, sendo que a partir de agosto até

dezembro o resultado operacional foi constantemente deficitário (vide slide 13). O reflexo pode ser percebido no saldo das disponibilidades, aferido em 31 de dezembro, na medida em que foi atingido o menor valor dos últimos seis anos (2004 a 2009), passando de R\$ 211 mil, em média, para R\$ 46 mil em dezembro de 2009 (vide slide 14). Agravando a situação, os gastos adicionais relacionados com essas atividades, como por exemplo, as despesas com telefonia, distribuída entre 17 aparelhos celulares (R\$ 51 mil) e telefonia fixa em 2009, obtiveram um acréscimo de 60%, em relação a 2008, totalizando, no biênio, um dispêndio de R\$ 110 mil (vide slide 15). Cumpre informar que em 2009 todos os membros da executiva (Diretores e Suplentes), exceto o Suplente de Diretor-Administrativo, tinham à disposição um aparelho celular do sindicato. Destes aparelhos a diretoria forneceu, em 2009, três celulares a colaboradores que não eram membros da diretoria. Dos 17 (dezesete) aparelhos celulares em uso, 06 (seis) deles possuíam o serviço de Black Berry ilimitado (acesso a internet). Não obstante a esse cenário adverso, ocorreram vários gastos que, segundo nosso entendimento e em razão do momento deficitário pelo qual passávamos, poderiam ter sido evitados, a saber: (vide slide 16). 1 - Gastos com filmagens e fotografias em CDA e AGE em torno de R\$ 10 mil, documentos nº 36 e nº 75 de julho/09; 19, 49 e 55 de agosto/09; 45, 54 e 75; de setembro/09; 03 de outubro/09 e nº 37 de novembro/09; 2- Gastos com o I Encontro Luso Brasileiro de Assuntos Tributários, realizado em Portugal nos dias 07 a 09/set/2009, em torno de R\$ 11 mil, documentos nº 83 e nº 95 de setembro/09 e nº 103 de outubro/09, dos quais R\$ 6 mil foram patrocinados por terceiro; 3 - Gastos com o uso de internet, durante viagem a Portugal, em torno de R\$ 2,3 mil, documento nº 83 de novembro/09; 4 - Gastos com o aluguel mensal de sala, IPTU, condomínio e luz em torno de R\$ 1.1 mil, documentos 39, 43, 44 e 68 de novembro/09, contrato firmado em outubro; 5 - Gastos com a contratação de desenhista de interiores, sem concorrência por R\$ 2,5 mil. O projeto não foi executado, mas 50% do contrato foi pago, documento nº 48 de março/09; 6 - Gastos com prêmios pagos aos vencedores do 1º concurso de monografia do núcleo intersindical no valor de R\$ 10 mil, documentos números 07, 12 e 14 de dezembro/09, dos quais R\$ 5 mil foram patrocinados por terceiro. Outras despesas pagas pela entidade, oriundas de decisão de AGE, deveriam merecer uma análise criteriosa de seu custo/benefício para a categoria. Exemplo disso é o elevado custo de mídia paga referente a publicação de cartas abertas (R\$ 51 mil) e a utilização de outdoor da campanha de mobilização (R\$ 130 mil), em que pese a ajuda financeira de terceiros de R\$ 9,5 mil e R\$ 23 mil, respectivamente. No parecer de 2008 sugerimos medidas de controles administrativos em razão da falta de procedimentos relacionados a fatos corriqueiros, como forma de assegurar a integridade e a eficácia de seu cumprimento pelos diretores, filiados, funcionários e colaboradores do Sindicato. Apesar de determinações nesse sentido, como o Memorando 002/09 de abril/09 expedido pela Diretoria, ainda identificamos as seguintes situações no exercício de 2009: 1 - Falta de identificação do usuário nas despesas referente a alimentação (documentos de nº 126 e nº 45 dos meses julho e agosto/09, respectivamente); 2 - Falta de identificação do usuário, nas despesas referente a deslocamentos (documento nº25 do mês agosto/09); 3 - Falta de realização de orçamentos (mínimo três) para contratação de serviços de terceiros - desenhista de interiores (documentos: nº 48 do mês março/09); 4 - Falta da divulgação e repasse dos conhecimentos obtidos pelos representantes da entidade em eventos externos (documentos: nº 59 de junho/09 e nº 124 de setembro/09)". Interrompeu a leitura o filiado Ricardo Araújo que questionou o item 4 sobre o que seria repasse de conhecimentos e quais seriam os valores dessas despesas. No mesmo sentido fez uso da palavra o filiado Flávio Salles perguntando se o conhecimento citado no parecer era conhecimento de transporte, quando o presidente da AGO, Catraca, perguntou se o filiado Flávio Salles sabia a diferença entre conhecimento técnico adquirido em eventos e conhecimento de transporte. Catraca informou que tratava-se de conhecimento técnico obtido em cursos e palestras em que a diretoria do Sindicato

enviava seus filiados e que deveriam ser repassados a todos os filiados do sindicato. Citou como exemplo, sua participação em um curso de Formação Sindical na FENAFISCO, por indicação da diretoria, ressaltando que, ao retornar, fez um relatório com informação de todos os conhecimentos técnicos obtidos sobre o assunto, não sabendo informar por que não houve repasse das informações pela diretoria aos filiados do Sindicato. Tomou a palavra o filiado Ricardo Araújo que disse que essas questões eram todas de ordem políticas. Pediu questão de ordem o filiado Wesley, pedindo que o parecer fosse lido sem interrupções. O filiado Oswaldo Flores levantou a questão do mandato do Conselho Fiscal que, segundo seu entendimento, deveria se encerrar na data da posse da nova diretoria e Conselho Fiscal. Foi, então, esclarecido, que havia sido o próprio ex-presidente do Sindifisco-MG, Matias Bakir, que havia solicitado que o Conselho Fiscal verificasse as contas dentro do exercício contábil e fiscal. O presidente da AGO retomou a leitura do parecer: *“concluindo, a prestação de contas, os relatórios administrativos e as demonstrações contábeis do exercício de 2009, em nosso parecer, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SINDIFISCO-MG, exceto por: 1ª – Falta de reembolso à entidade de gastos com passagens aéreas não utilizadas por palestrantes do IV Conefisco, realizado em junho de 2008. O valor de R\$ 1.888,14 depositado em 29 de maio 2009, após a AGO de abril, na conta do sindicato pela Suplente de Diretor-Tesoureiro está incorreto. Foram efetuadas 04 (quatro) solicitações de reembolso referente aos trechos não utilizados no valor de R\$ 2.398,00, descontado as taxas. A empresa aérea fez 03 (três) créditos no cartão de crédito da responsável pela aquisição das passagens, da seguinte forma: um crédito em set/08 de R\$ 319,12, e dois créditos em maio/09, sendo um de R\$ 699,12 e outro de R\$ 869,90 totalizando R\$ 1.888,14. Desta forma, solicitamos que seja efetuada a restituição complementar e que seja apresentado um relatório contendo as explicações e justificativas assim como um demonstrativo com o valor correto; (vide slides 17 e 18). Em tempo: Seja por oportuno ressaltar que em 10.03.2010 que foi feito um depósito, por terceiro na conta do sindicato no valor de R\$ 521,44 a título de reembolso de passagem aérea: 2ª - Existência de ligações telefônicas dos aparelhos da entidade para telefones que não decorrem de atividade sindical, como alertado no parecer conclusivo do exercício anterior. A repetição desse fato demonstra que a Diretoria da gestão 2008/2009 não tomou nenhuma medida no sentido de disciplinar esta irregularidade. Nesse sentido, a título de exemplo, listamos 189 chamadas, no período de janeiro a dezembro de 2009, do aparelho de nº 9185-1700, no importe de R\$ 888,75 (oitocentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos) identificadas no relatório anexo “Ligações particulares sem reembolso - Aparelho nº 9185-1700”. Cumpre ressaltar que os diretores usuários dos aparelhos nº 9185-2828 e 9185-1545, ao realizarem ligações particulares dos aparelhos celulares da entidade efetivaram, espontaneamente, o reembolso aos cofres do sindicato, conforme documentos nº 91 de março/09 e nº 57 de novembro/09, respectivamente. (vide slide 19). 3ª – Contratação de serviços de terceiros em desacordo com as determinações da Diretoria contidas no Memorando 002/09, de 13/04/2009, e das solicitações do Conselho Fiscal (Ata 01/07/2009). Conforme estabelecido, é exigido que se promova uma concorrência contendo no mínimo três propostas comerciais. Cumpre ressaltar que além da proposta comercial, neste tipo de serviço é comum exigir atestados de capacidade técnica fornecidos por clientes, referências e documentos de habilitação da pessoa física, os quais não foram apresentados. O custo total desses serviços ficou em torno de R\$ 33 mil. Valor muito superior ao previsto inicialmente que era de R\$ 4,5 mil. (vide slide 20). No caso em tela, foi firmado um contrato de prestação de serviços entre o SINDIFISCO-MG e um autônomo, que tinha como objeto a prestação de serviços de assessoria ao comando de mobilização, envolvendo a organização de reuniões e a implantação das estratégias definidas por este, inclusive com a coordenação dos recursos internos da entidade para execução destas estratégias e serviços de criação de peças publicitárias. O referido*

contrato teve início no dia 08/abril/2009 com o término previsto para o dia 08/maio/2009, ao custo de R\$ 4.500,00, (documento nº 069 do mês abril/09). O Conselho Fiscal, após tomar conhecimento do contrato, em julho de 2009 questionou o Presidente sobre alguns aspectos, tais como: quem efetivamente estava prestando serviços ao sindicato, o prazo de conclusão dos serviços, o valor dos serviços contratados (mão de obra) e o ressarcimento de quaisquer despesas. Em resposta, o Presidente afirmou que o serviço não se estenderia por muito tempo. Contudo, foram feitos seis aditivos prorrogando os serviços até o dia 11 de novembro de 2009, data em que o contrato foi rescindido. Nestes termos, apontamos as seguintes irregularidades: a) Quando da quitação dos serviços, a assessora do comando de mobilização – pessoa física – apresentava Notas Fiscais de Serviço de uma pessoa jurídica estranha ao contrato firmado (documentos nº 69, 16, 03, 01, 12, 02, e 01 dos meses de maio a novembro/09). Nota Fiscal de terceiros que não participaram efetivamente dos serviços é fraude. Em princípio, este foi o artifício utilizado pela contratada como forma de fugir de suas obrigações fiscais; b) O contrato não prevê cláusula sobre a quem competem as obrigações fiscais. Em regra, nos contratos de prestação de serviços de autônomo as obrigações fiscais são de inteira responsabilidade da pessoa contratada. O Conselho Fiscal, de forma preventiva, na medida em que o sindicato corria o risco de ser enquadrado como coobrigado dessas obrigações, solicitou à empresa informações sobre a relação do vínculo empregatício com a contratada por meio do Ofício nº 011/10, em 25 de fevereiro de 2010. Em resposta a empresa declarou, em 05 de março de 2010, que a contratada estava autorizada a receber e quitar todos os pagamentos que lhe foram feitos pelo sindicato. Seja por oportuno citar que os rendimentos do trabalhador autônomo estão sujeitos ao Imposto de Renda Retido na Fonte e o sindicato está obrigado a recolher a Contribuição Previdenciária por ocasião da utilização dos serviços do trabalhador autônomo. No tocante ao ISS, cumpre destacar que o Sindifisco efetuou o devido recolhimento referente às notas fiscais mencionadas; c) A assessora do comando de mobilização cobrou do sindicato a importância de R\$ 1.167,70, referente a ligações telefônicas de sua residência para o sindicato e para diretores e colaboradores. O valor das ligações calculado pela assessora levava em consideração o tempo de duração da ligação multiplicado pelo valor da tarifa. Sobre esse valor acrescentou 25% a título de ICMS, mesmo quando este não era apurado pela empresa telefônica (documentos: nº 10 e 54 de junho/09, nº 84 de julho/09, nº 61 de agosto/09, nº 90 de setembro/09 e nº 85 de novembro/09). Nada mais havendo a tratar, lavrou-se o presente parecer que, lido e achado, conforme, vai assinado pelos presentes. Belo Horizonte, 19 de março de 2010. Conselheiros: Gamalier Lopes de Paiva, Hugo Souza Sena Filho e José Roberto Medeiros. Recebido em 23.03.2010 pelo Matias Bakir Faria, Presidente 2008/2009. Documentos Anexos: Relatório “Ligações particulares sem reembolso - Aparelho nº 9185-1700”; Apresentação Parecer Conclusivo 2009 AGO - PowerPoint – 20 slides.” No parecer entregue ao ex-presidente Matias Bakir não constava a assinatura do conselheiro Gamalier Lopes Paiva que iria assinar o mesmo naquele momento, sendo levantada questão de ordem da filiada Virginia Medeiros contrária a assinatura do conselheiro Gamalier após uma via já ter sido entregue a Matias Bakir. Gamalier Paiva esclareceu que este fato somente ocorreu por que mora em Pouso Alegre e sempre assinava posteriormente. A filiada Ivana Leal de Souza questionou o conselheiro Gamalier Paiva se ele tinha conhecimento e se participara da elaboração do parecer, obtendo do mesmo a confirmação de que ele não apenas tinha conhecimento do documento como, também, tinha ajudado na sua confecção. O presidente da AGO informou ao conselheiro Gamalier Paiva que, diante desta questão levantada pela filiada Virginia Medeiros, sua assinatura não seria aposta naquele momento, convidando-o em seguida para auxiliar na inscrição de pessoas para falas. Tomou a palavra a filiada Ivana de Souza, que disse que desejava respostas diretas para a apreciação das contas da gestão de 2009 e que o Conselho Fiscal em seu parecer havia entrado em assuntos que

não eram afeitos ao mesmo, fazendo com que fosse levantada suspeita contra os membros do Conselho Fiscal. A filiada Ivana de Souza acrescentou que, se o Conselho Fiscal tivesse alguma prova concreta contra a diretoria passada, que ela fosse apresentada. Questionou os conselheiros Hugo Sena e Gamalier Paiva sobre a seriedade do Conselho Fiscal, dizendo que fazia um desabafo, e solicitou que fosse dado retorno à categoria, afirmando que jamais viu ou presenciou um parecer com tal nível de detalhes e conteúdo político. O presidente da AGO tentou falar sobre os trabalhos executados pelos membros do Conselho Fiscal e foi impedido pelos presentes, sendo levantada uma questão de ordem pelo filiado Antônio Bernardes, que solicitou que fosse ouvida a defesa do ex-presidente Matias Bakir. O presidente da AGO tentou argumentar sobre a necessidade de resposta às acusações da filiada Ivana de Souza, sendo impedido, e assim passou a palavra para o ex-presidente Matias Bakir. O ex-presidente iniciou sua fala agradecendo a presença dos filiados o que, segundo ele, demonstrava o interesse de todos para com a entidade, e que o trabalho do Conselho Fiscal era técnico e seu parecer deveria ser discutido tecnicamente, ressaltando sua importância e necessidade de independência. Disse que iria apresentar o que acreditava ter sido a gestão 2008/09. Falou que o Conselho Fiscal fazia um trabalho zeloso e dedicado e que o papel da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal estavam previstos no Estatuto do Sindicato, que suas decisões levavam em conta a competência de cada um deles, que nosso Sindicato era uma entidade forte, que na gestão que coordenou por dois anos gastou de acordo com as decisões da categoria e com as possibilidades da entidade, que recebeu um saldo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), valor que caiu com os gastos da campanha salarial, que teve o reforço de recursos do Fundo Fiscoforte aprovado pela categoria em AGE para mobilizações. Disse, ainda, que ao final de sua gestão, deixou um saldo líquido de caixa de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), que poderiam ser utilizados de imediato e que, somados ao saldo do Fundo Fiscoforte, importavam em R\$ 617.000,00 (seiscentos e dezessete mil reais). Fez apresentação de slides com essas informações. Continuou sua fala citando o artº 33 do Estatuto do Sindicato afirmando que seria competência do Conselho Fiscal fazer as observações, que comparando os gastos de 2009 e os recebimentos, se retirado o saldo do Fundo Fiscoforte chegaria ao saldo de 2009 apontado pelo Conselho Fiscal. Disse que, quando se entra para o Sindicato encontra-se despesas nas quais não há como mexer, citando como exemplo os gastos com pessoal e jurídico. Disse que, em sua gestão, houve queda nos custos de comunicação, com telefones tendo queda de valores gastos, que optou por uma comunicação através da mídia eletrônica e menos mídia impressa, que os gastos com o jurídico caíram e a representação externa aumentou em função do evento importante da Plenafisco. Afirmou que na sua gestão foram feitas realizações que destacaram a entidade, como a campanha salarial de um ano, tempo que durou não por seu querer, e outros na busca dos direitos dos filiados, o Conefisco e Plenafisco, reforma do estatuto da entidade com a aprovação do Fundo Fiscoforte, aposentados, reformulação do plano de contas efetivado pelo diretor Fernando Saldanha e readequação do Departamento Jurídico, que foi o motivo do aluguel da sala no edifício para poder facilitar as reuniões necessárias no espaço da entidade. Disse que deixou um relatório para a diretoria atual sobre a situação do jurídico, promoveu eventos como a campanha de filiação de aposentados e outros associados num número de 200 ingressos, tendo havido filiações e desfiliações neste período, agradecendo o empenho dos filiados aposentados José Nicácio e José Edson. Disse que o investimento na campanha salarial de R\$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais), que acredita não ter sido despesa e, sim, um investimento, resultou num ganho na Gepi de R\$ 106 milhões/ano, fora os ganhos das discussões, o calor das discussões e o conhecimento. Apresentou slides com esses cálculos e valores. Disse que na campanha salarial houve a necessidade de contratação de uma assessora para ajudar na campanha, uma vez que os diretores estavam tendo

seus dias de trabalho cortados e sendo perseguidos pela Administração, que era o único diretor liberado e que fora denunciado para o Ministério Público. Que a assessora foi contratada como free-lance através da empresa 2007 Comunicações. Fez uso da palavra o filiado Renato Linhares que perguntou a Matias Bakir se não daria para economizar nos papéis elaborados pela assessora e realizando tudo por meio eletrônico. Matias retomou a palavra e disse que foi procurado pelo presidente do Conselho Fiscal, Hugo Sena, que lhe disse da preocupação de que pudesse haver vínculo empregatício da assessora para com o Sindicato e que foram comprovados pela correspondência que o Conselho Fiscal enviou para a empresa de publicidade e sua resposta, que a mesma era sua free-lancer, informando ainda que o contrato deveria durar somente um mês, mas que não havia como prever quando se encerraria, entendendo que não houve fraude como indicou o Conselho Fiscal em seu parecer. Disse que o contrato previa o reembolso das despesas de telefone e táxi e que o Conselho Fiscal apontou que ela cobrou telefonemas onde não houve o seu efetivo pagamento e que, se tivesse havido realmente essa situação, deveríamos cobrar isso dela. Afirmou que, com relação à comparação dos valores da Previsão Orçamentária e os gastos realizados, acreditava que houve uma mistura de coisas, pois no caso dos gastos com a Plenafisco, de R\$ 253 mil, retirando o patrocínio de R\$ 33 mil, foi gasto realmente R\$ 220 mil, valor não muito superior ao previsto. Disse que era impossível prever gastos com mobilização, e não haveria como ser diferente sendo este o mesmo raciocínio de gastos para com AGE e CDA. Pediu um aparte o ex-diretor Lucas Espeschit, que disse que, com a criação do Fundo Fiscoforte, foram dadas as condições para realizar os desejos de mobilização manifestos pela categoria. Continuando sua fala, o ex-presidente Matias Bakir disse serem diferentes os custos do evento da Plenafisco e a contribuição à Fenafisco, pois, neste caso, a Federação era despesa ordinária, obrigatória por sermos um Sindicato a ela filiada, não devendo estar no valor da Representação Externa, não podendo misturar evento com Fenafisco, entidade que representa todos os Fiscos estaduais do País, uma vez que o único estado que não estava filiado à Federação era o Rio de Janeiro e, após a sua vinda à Plenafisco, voltou a se filiar. Usou a palavra o conselheiro Hugo Sena, que disse que os valores foram somados para informar o custo do Sindicato com a Federação, não havendo juízo de valor e apenas mostrando quanto custa a Fenafisco, no sentido de dar conhecimento à categoria. Retomando a palavra o ex-presidente Matias Bakir disse que então se colocasse em discussão a importância ou não da Federação, questionando quanto custaria para a categoria um artigo na Constituição Federal, apresentando slide com o art. 37, inciso XXII, que foi conseguido graças à luta da Fenafisco. Que era importante para os colegas dos Fiscos estaduais do País saber quem era Aécio Neves e isso foi divulgado na Plenafisco. Que, com relação aos gastos que o Conselho Fiscal entendeu que poderiam ter sido evitados, eram gastos nos valores de R\$ 10 mil, tais como: filmagens e fotos de atos, AGE e CDA; Encontro Luso Brasileiro em Portugal, organizado pela Fenafisco, no qual foi acompanhado de dois colegas e tendo ainda recebido ajuda de custo para tal; aluguel de sala para melhorar o Sindicato; gasto de R\$ 1.250 para arquiteto para reformar o espaço do Sindicato, não havendo tempo para sua conclusão em virtude das diversas reuniões realizadas pelo Comando até altas horas, aposentados, postos fiscais, fatos que impediam a reforma; gastos com monografias que foram feitas em parceria com sindicatos da área jurídica e com o advogado Lucchesi, sendo parte dos custos bancados pela Affemg. Pediu a parte o conselheiro Hugo Sena, que disse que essas observações foram feitas devido à situação financeira do Sindicato. Em outro aparte o ex-diretor Fernando Saldanha afirmou que as despesas somente foram realizadas por que sabiam dos recursos no caixa. Retomando a palavra, Matias Bakir, disse que, com relação ao apontamento pelo Conselho Fiscal de despesas não identificadas, se tratavam de almoço de participantes da Plenafisco e que, pelo anotado no comprovante de pagamento, estava devidamente identificado que se tratava de almoço. Pediu aparte o conselheiro Hugo

Sena, que lembrou o Memorando nº 02/09 da diretoria que exigia a identificação correta dos usuários das despesas. Novamente com a palavra o ex-presidente Matias Bakir apresentou transparência contendo a identificação de cada despesa apontada pelo Conselho Fiscal em que não havia indicação do nome do usuário, afirmando que alguns procedimentos devem ser adotados. Disse que, com relação às ressalvas apontadas no Parecer Conclusivo do Conselho Fiscal, no tocante à primeira, diferença de valor de reembolso à entidade de passagens não utilizadas, encaminhou e-mail para o conselheiro Hugo Sena informando que iria fazer o devido relatório e encaminhá-lo. Alegou que nem todos os palestrantes do Conefisco vieram para o evento e que foi solicitado o reembolso de passagens aéreas daqueles que não compareceram, afirmando que ninguém iria ficar com dinheiro do Sindicato. Informou que um diretor comprou quatro passagens para palestrantes do Conefisco e dois deles não haviam comparecido, que foi feito pedido de reembolso das passagens não utilizadas para a empresa TAM, que somente em setembro/08 reembolsou um valor. Que o Conselho Fiscal levantou estes dados em março/09 e a TAM fez novo reembolso. Que a empresa TAM alegou que já havia reembolsado as solicitações de reembolso e, com muito custo, souberam que o palestrante fez uso de um trecho, que foi cobrado do assessor do palestrante Germano Rigotto, que fez o reembolso ao Sindicato. Disse que em 10.03.2010 o problema havia sido solucionado e que não havia prejuízo para o Sindicato naquele momento, apresentando um slide sobre o caso. A filiada Laura Reiff fez uso da palavra dizendo ter faltado o esclarecimento de quem fez o depósito na conta do Sindicato. O membro do Conselho Fiscal Hugo Sena informou que as ressalvas obedecem aos princípios técnicos de auditoria. O presidente da AGO, José Roberto – Catraca, também membro do Conselho Fiscal, alegou que a verificação das contas do Conselho Fiscal se deram até 31.12.2009 e que, portanto, a pendência não havia sido solucionada dentro do período analisado, motivo de haver a ressalva, e que a solução somente se dará já no mandato do novo Conselho Fiscal do biênio 2010/11. Retomou a palavra o ex-presidente Matias Bakir, continuando seus esclarecimentos sobre as ressalvas apontadas no parecer, afirmando que com relação ao uso do telefone de que todos os diretores tinham telefone da entidade, que o Conselho Fiscal identificou no terminal “1700” ligações que não se tratavam da atividade sindical. Alegou que quando uma pessoa vem para uma diretoria sindical, para atuar com governos fortes, necessita de pessoas para colaborar, sacrificando sua vida pessoal em prol da classe, que deve ser disciplinado pela categoria quais gastos particulares não devem ser feitos e isso tem que ser isonômico, e assim deve ser apontado e reembolsado, mas que hoje não existem essas normas. Que das 189 ligações apontadas para o prefixo “027”, 72 (setenta e duas) ligações o custo foi de R\$ 0,19 a R\$ 0,94; 31 (trinta e uma) ligações o custo foi de R\$ 1,00 a R\$ 3,00; 48 (quarenta e oito) ligações o custo foi de R\$ 3,00 a R\$ 7,00 e que apenas 22 (vinte e duas) ligações o custo foi de mais de R\$ 10,00, apresentando slide. Afirmou que existem gastos que o diretor faz e que não são cobrados do Sindicato e que não se pode levar tudo a ferro e fogo, que se for disciplinado irá cobrar as despesas e pedir reembolso. O membro do Conselho Fiscal Hugo Sena questionou o fato dos diretores que fizeram ligações particulares e reembolsaram para o Sindicato. Novamente com a palavra Matias Bakir afirmou que devia ser observado o princípio da relevância, e que a categoria deveria decidir se haveria reembolso ou não. Que com relação à terceira ressalva que tratava da contratação da assessoria, acreditava que já havia feito as devidas explicações, pedindo respeito às pessoas no momento do debate. Tomou a palavra o presidente da AGO, José Roberto – Catraca, que informou aos presentes sobre o encaminhamento da AGO, que seria de abertura de questionamentos e debates, solicitando ao membro da mesa Gamalier Paiva que fizesse a anotação dos nomes dos filiados que iriam fazer uso da palavra. Disse para a filiada Ivana de Souza que as atribuições do Conselho Fiscal estão no Estatuto do Sindicato no artº 33, questionou se a mesma conhecia o Livro de Atas do

Conselho Fiscal da entidade, onde estavam anotadas as mais diversas ressalvas sobre as contas anteriormente analisadas, convidando a filiada a conhecer e ler o Livro de Atas. Pediu e fez uso da palavra o atual Presidente do SINDIFISCO-MG, Lindolfo Fernandes de Castro, que esclareceu que os custos de comunicação de sua gestão incluíam todas as despesas que foram acobertadas pelo fundo Fiscoforte. Primeiro a fazer uso da palavra, o filiado Max Antônio Amaral Pereira iniciou sua fala dizendo que estava indignado com o conteúdo político e subjetivo do Parecer Conclusivo do Conselho Fiscal questionando se houve quebra de sigilo telefônico. Disse que já havia sido membro de Conselhos Fiscais anteriores na Affemg e Sindicato, que ficou triste com o horário de convocação que foi com menos de 48 (quarenta e oito) horas para defesa da diretoria e afirmou que houve uso político do parecer, que continha comentários políticos uma vez que os três membros do Conselho Fiscal eram oposição àquela diretoria. Afirmou que os membros do Conselho Fiscal, Hugo e Catraca, deveriam ter se declarado impedidos de exercer o mandato por serem oposição à diretoria de Matias. Sugeriu que quando os conselheiros fiscais eleitos fossem oposição à diretoria executiva vencedora, estes deveriam se declarar impedidos, sugerindo que o Conselho Fiscal do Sindicato fosse nos moldes da Affemg. O presidente do Conselho Fiscal, Hugo Sena, esclareceu que não houve quebra de sigilo e que o número do telefone foi informado pela própria diretora e que tal fato foi apontado no relatório por pedido do ex-presidente Matias Bakir. Segundo a fazer uso da palavra o filiado Antônio de Pádua -Toninho, iniciou sua fala pedindo que constasse em Ata observação da sua discordância da conduta do Conselho Fiscal no final de sua gestão, uma vez que entendia ter havido usurpação de função e colocação de suspeição a colegas contido no Parecer Conclusivo do Conselho Fiscal. Terceiro a fazer uso da palavra o filiado Dimitri Ricas Pettersen iniciou sua fala pedindo o registro em Ata de seu protesto por ser o documento político, cujo prejuízo era incalculável e desonesto. Que o documento gerava prejuízo incalculável para a categoria e às pessoas que elegeram os diretores da gestão 2008/2009, prejudicando o envolvimento das pessoas nas ações sindicais. Que divergências devem ser vencidas nas urnas. Que o Conselho Fiscal utilizou o parecer para julgar medidas tomadas pela diretoria aprovadas em AGE, questionando se quem decide quanto gastar era o Conselho Fiscal ou a categoria. Disse ser uma vergonha o parecer e que não acreditava que não tenha sido premeditado. Quarta a fazer uso da palavra, a filiada Patrícia Salum questionou o slide 02 da apresentação do Conselho Fiscal com relação ao déficit anual de 189 mil (cento e oitenta e nove mil reais), fazendo leitura do Estatuto da entidade onde fixa quais seriam os recursos correntes do Sindicato, questionando que só poderia se chegar à conclusão do Conselho Fiscal sem os recursos do Fundo Fiscoforte. Disse que as receitas do Fundo também eram receitas correntes do Sindicato, solicitando que fosse retirado esse item do parecer. O presidente do Conselho Fiscal, Hugo Sena, disse que a análise do parecer deu enfoque nas despesas correntes, por isso utilizou-se somente das receitas correntes sem o Fundo Fiscoforte. O presidente da AGO e membro do Conselho Fiscal gestão 2008/09, José Roberto Medeiros – Catraca, lembrou que os recursos do Fundo Fiscoforte têm destinação específica, não podendo ser utilizados para custeio de despesas correntes, sendo que a análise demonstrava que houve déficit contábil e não financeiro. O ex-diretor Fernando Saldanha esclareceu que havia previsão de gastos de mobilização de R\$ 58 mil (cinquenta e oito mil reais) e que houve gasto de R\$ 169 mil (cento e sessenta e nove mil reais), sendo que foram utilizados recursos da conta do Sindicato na Coopsef, que o Fundo Fiscoforte custeava algumas despesas e outras não e assim houve deslocamento da segurança de recursos. Disse que parabenizava o Conselho Fiscal por sua seriedade e ao mesmo tempo, dava um “puxão de orelha” no Conselho Fiscal, criticando a forma do parecer que, no seu entendimento, veio com questões políticas. Quinto a fazer uso da palavra, o filiado Paulo Pedro Lessa Baptista (Pepê) parabenizou o Conselho Fiscal pelo trabalho e afirmou que muitas coisas não foram disciplinadas pelos Conselhos Fiscais

anteriores, inclusive dos que fez parte. Explicou que em situações consideradas graves, era chamada a diretoria para conhecimento e tomada de providências, afirmando achar que o Conselho Fiscal deve ser independente. Disse que estava assumindo o Conselho de Ética e achava que o parecer trazia assuntos relacionados ao Conselho de Ética e que houve infelicidade na divulgação do parecer do Conselho Fiscal. Sugeriu que o parecer fosse divulgado juntamente com as respostas da diretoria. Usou a palavra o ex-presidente Matias Bakir, que disse desejar que fosse colocada em votação a aprovação das contas e a aprovação do parecer em separado. O presidente do Conselho Fiscal, Hugo Sena, esclareceu que houve entendimento prévio com a ex-diretoria para apresentação do parecer. Sexto a fazer uso da palavra, o filiado Fernando César iniciou dizendo que o parecer apontava para falta de normas e era isso que estava acontecendo, pois não havia controle interno. Sugeriu que fossem desenvolvidas normas de controle para serem seguidas pelo Sindicato e seus filiados. Afirmou que o parecer não tem como ser colocado para ser aprovado. Sugeriu novamente que fosse criado um grupo para decidir sobre rotinas a serem seguidas, normas e procedimentos internos administrativos, pois faltavam parâmetros. Disse que os relatórios de auditoria determinam algumas fases, entre elas um contato com a diretoria e finalmente um parecer, reafirmando que não havia normas para isso no Sindicato. Fez uso da palavra o filiado Luiz Roberto Mota Mayer, que afirmou que quem fala sobre determinadas situações é o Conselho de Ética e que o Conselho Fiscal invadiu suas atribuições. O membro do Conselho Fiscal, Gamalier Paiva, esclareceu que houve, sim, conversa entre o Conselho Fiscal e a diretoria executiva. Sétima a fazer uso da palavra, a filiada Virginia Medeiros iniciou sua fala dizendo que, considerando que o parecer conclusivo extrapolava suas funções, propunha que a AGO o rejeitasse na sua íntegra, que considerando que os esclarecimentos da diretoria foram satisfatórios propunha a aprovação das contas. Propôs alteração no Estatuto da entidade no sentido de impor o afastamento de membros do Conselho Fiscal que participassem de diretorias atuais e futuras, reafirmando que membro de diretoria não poderia ser candidato ao Conselho Fiscal após sua gestão. Oitavo a fazer uso da palavra, o filiado José Nicácio solicitou que fosse registrado seu protesto nos mesmos termos dos filiados Dimitri e Toninho, pedindo para colocar em votação se houve invasão do Conselho Fiscal quando deveria ter sido o Conselho de Ética o órgão adequado para cobrar erros do parecer. Que o parecer conclusivo indicava a incompetência da diretoria de gerir os recursos do Sindicato, sugerindo que as irregularidades devessem ser passadas ao Conselho de Ética. Nono a fazer uso da palavra, o filiado Ricardo Araújo iniciou sua fala afirmando sobre o estrago que o parecer conclusivo havia feito na categoria, com a indicação de ter havido fraude. Que concordava com o filiado Dimitri e pediu que fosse retirada do relatório a palavra fraude, que o parecer não era técnico e, sim, político. Fez uso da palavra o presidente do Conselho Fiscal, Hugo Sena, que reafirmou que a documentação analisada pelo Conselho Fiscal indica o uso de fraude no contrato assinado. O vice-presidente da atual gestão, Christiano Andreatta, solicitou esclarecimentos dos fatos e questionou se houve fraude e quem a praticou. O presidente da AGO, membro do Conselho Fiscal gestão 2008/09, José Roberto Medeiros – Catraca esclareceu que a assessora do comando de mobilização assinou contrato de pessoa física, autônomo, com o Sindicato de prestação de serviços, e utilizou-se de Nota Fiscal de Serviços de terceiros para acobertar seus serviços, que assim como no caso do Fisco estadual, um contribuinte não pode utilizar Nota Fiscal de terceiro para entregar suas mercadorias, e que tal prática era fraude, e que dessa forma a assessora do comando de mobilização havia praticado uma fraude contra o Sindicato. O membro do Conselho Fiscal, Gamalier Paiva, reafirmou que estes fatos foram apontados para a diretoria executiva. O filiado Flávio Salles disse querer ouvir a diretoria passada sobre o referido contrato. O ex-presidente Matias Bakir afirmou que estava tudo normal em relação ao contrato de prestação de serviços da assessora do comando de mobilização. O ex-diretor Fernando Saldanha afirmou que o contrato foi feito

entre as pessoas e posteriormente com a empresa de comunicação. O ex-presidente Matias Bakir alegou que o contrato havia sido redigido pelo Dr. Hélio, advogado do Sindicato. Décimo a fazer uso da palavra, o filiado Oswaldo Flores disse que, pelo conteúdo do relatório, sugeria a aprovação das contas do exercício de 2009, um ato de censura da AGO ao parecer conclusivo, por ferir o Estatuto e a divulgação dos esclarecimentos para a categoria. Décimo primeiro a fazer uso da palavra, o ex-presidente Matias Bakir iniciou sua fala dizendo que, dadas as inconsistências do relatório do Conselho Fiscal, pedia que fossem aprovadas as contas, explicado os atos de gestão, que fosse recusado o parecer conclusivo e aprovada a divulgação de Nota de Esclarecimento a ser elaborada. Afirmou que recebeu o parecer no dia 23 de março e não teve tempo para analisar seu conteúdo e, somente no dia 24 de março, às 17 horas, recebeu outros documentos que solicitou ao Conselho Fiscal para poder elaborar seus esclarecimentos e divulgá-los para a categoria. Décimo segundo a fazer uso da palavra o filiado Wesley Moreira Coelho da Silva propôs a realização de uma segunda Assembleia em função da fala do ex-presidente Matias Bakir, de que não houve tempo para elaborar sua defesa. Que, com relação à série histórica até 2008 viu que, a partir de 2009, a série se interrompeu. O membro do Conselho Fiscal, Gamalier Paiva, esclareceu que os dados eram de ano a ano. Retomou a palavra o filiado Wesley Coelho, que citou que a comparação de 2008 não poderia ter sido feita para 2009. Décimo Terceiro a fazer uso da palavra, o filiado Marco Antônio Puppim, membro do Conselho Fiscal gestão 2010/11, iniciou sua fala louvando o trabalho do Conselho Fiscal durante a gestão 2008/09. Disse que a falta de normatização não era de agora e havia sido facilitado o trabalho pelas alterações no plano de contas da entidade promovidas pelo ex-diretor Fernando Saldanha. Afirmou que a AGO era estatutária e para aprovar as contas com base no parecer conclusivo do Conselho Fiscal. Disse que a palavra escrita era pior que a espada e que havia ocorrido interpretações dos fatos de maneira divergente. Que a palavra déficit contabilmente estava correta, mas como estava no relatório do parecer conclusivo ficou aparecendo que havia uma dívida de R\$ 188 mil (cento e oitenta e oito mil reais). Que era preciso ter cuidado com palavras como fraude, que foi cometida por terceiros e não pela diretoria do Sindicato. Afirmou que a AGO analisa a aplicação dos recursos devidamente e deveria ser esquecida a parte política do relatório. Décimo quarto a fazer uso da palavra, o filiado Gamalier Paiva, membro do Conselho Fiscal gestão 2008/09 iniciou sua fala dizendo que estava na SEF desde 1982 e conviveu com muitos dos presentes na atividade fiscal e como participante dos eventos da categoria. Que no seu histórico na SEF participou em 1984 da criação da AFA, Associação de Fiscais em Pouso Alegre, juntamente com a atual Presidente da Affemg, Papá, e que com essa experiência poderia dar o testemunho de que em casa de ferreiro o espeto era de pau, que éramos técnicos mas no Conselho Fiscal sempre acabávamos por solicitar explicações aos diretores sobre contas pagas e que sempre que havia uma justificativa não se colocava isso no parecer conclusivo. Afirmou que quando cometíamos erros era porque deixávamos de cuidar com atenção de nossos interesses e alguns colegas não pediam reembolso dos gastos que faziam em prol da categoria, testemunhando que nunca ninguém havia roubado do Sindicato, havendo somente pequenos casos de aproveitamento, que o membro do Conselho Fiscal Hugo Sena fez o pedido de que mostrássemos no parecer de 2009 com seriedade como fazer auditoria. Que disse ao Matias que sabia que iria acontecer esse tipo de situação na AGO, mas que o parecer era eminentemente técnico e informativo, e que o próprio Hugo, agora na diretoria executiva, havia afirmado que aceitava ser vítima do rigor das prestações de contas. Finalizou sua fala dizendo que a AGO demonstrava o interesse pelo assunto. Retomando a palavra o presidente da AGO, José Roberto Medeiros – Catraca, ao iniciar sua fala de continuidade da assembleia foi interrompido, de forma autoritária, pelo filiado Ricardo Araújo que afirmava não poder o presidente da AGO fazer uso da palavra, sob o argumento de que a assembleia era soberana e não admitiria

que o mesmo fizesse uso da palavra. Para falar e dar prosseguimento a AGO, seu presidente, José Roberto Medeiros - Catraca, também de forma vigorosa, informou que era o responsável pela condução dos trabalhos e portanto, tinha a prerrogativa de fazer uso da palavra como todos os presentes. Disse que o parecer conclusivo do Conselho Fiscal foi muito discutido entre seus membros e que era uma peça totalmente técnica, que os presentes não se interessaram pelos fatos apontados pelo Conselho Fiscal. Que não houve o mesmo interesse com relação à prestação de contas do exercício de 2008. Que o relatório conclusivo não pode ser submetido à aprovação e somente as contas, uma vez que o parecer era documento elaborado pelo Conselho Fiscal, e que para aqueles que diziam tratar-se de um relatório político afirmou que, por questões como aquelas, era que estava se retirando da vida política sindical, limitando-se a acompanhar as ações sindicais, e que não mais seria candidato a nada que se relacionasse à categoria fiscal. Com a palavra o presidente do Conselho Fiscal 2008/09, Hugo Sena, que informou aos presentes que a data da AGO havia sido em função do ato público marcado para aquela data, uma vez que assim nenhum filiado poderia ter o seu dia de trabalho descontado, a exemplo do que ocorreu com o movimento dos gestores em seu ato realizado na Assembleia Legislativa. Disse que foi feita uma leitura política de um documento que foi técnico, e de que as Atas dos anos anteriores continham as mesmas observações que estavam sendo apontadas naquele momento. Fez uso da palavra o atual vice-presidente do Sindicato, Christiano Andreatta, que agradeceu a presença dos colegas e que absteria de dar sua opinião sobre a AGO. Disse que a posição da diretoria atual era pelo entendimento de que a AGO era concernente a nossa classe e, assim sendo, solicitava e exigia que a filmagem da assembleia não fosse utilizada, pedindo a não divulgação de suas imagens. Reafirmou que não fossem divulgadas as imagens pela diretoria anterior, sendo essa a posição da diretoria atual, dizendo que a fita deveria ficar no Sindicato para consulta da classe. Houve princípio de tumulto, sendo que o filiado Fernando César pediu o registro em Ata de que não autorizava a divulgação de sua imagem na AGO. O filiado Flávio Salles pediu que fosse registrado que requeria uma cópia da filmagem da AGO à diretoria. O ex-presidente Matias Bakir afirmou que a fita pertencia a ele, pois foi quem contratou a filmagem da AGO. Neste momento houve um princípio de tumulto entre alguns dos presentes motivado pela filmagem da AGO. Retomando a condução dos trabalhos o presidente da AGO, José Roberto Medeiros – Catraca passou para etapa das deliberações e votações, sendo primeiramente colocada em votação a aprovação das contas do exercício de 2009 que foram APROVADAS com uma abstenção. Por indicação dos presentes a segunda votação foi no sentido da rejeição ou aprovação do relatório do parecer conclusivo do Conselho Fiscal gestão 2008/09, que obteve 1 (hum) voto por sua aprovação, 21 (vinte e um) votos pela sua rejeição e 7 (sete) abstenções. Por indicação dos presentes a terceira votação foi no sentido de aprovar um ato de censura ao conteúdo político do parecer conclusivo do Conselho Fiscal gestão 2008/09, que obteve 21 (vinte e um) votos a favor, 2 (dois) votos contrários e 2 (duas) abstenções. Por indicação dos presentes a quarta votação foi no sentido de que fosse retirado o parecer conclusivo do site do Sindicato que obteve 16 (dezesesseis) votos a favor, nenhum voto contrário e 10 (dez) abstenções. Por fim, também por indicação dos presentes, foi realizada a quinta votação, que foi no sentido de que fosse dado o mesmo espaço para defesa da diretoria executiva gestão 2008/09, pelo mesmo tempo em que o parecer ficou no site do Sindicato e transferência das informações para área reservada do site que obteve 22 (vinte e dois) votos a favor, nenhum voto contrário e 2 (duas) abstenções. Em seguida, passou-se para a aprovação do Orçamento para gestão 2010, momento em que pediu a palavra o filiado e diretor da gestão 2010/11 Hugo Sena, que informou que quem havia feito a elaboração do orçamento ora apresentado em slide teria sido o diretor-financeiro da gestão 2008/09 Fernando Saldanha, que interveio e esclareceu que os dados foram feitos quando estava na gestão e devem ser alterados pela diretoria executiva atual, se assim ela entender.

Pediu a palavra o ex-presidente Matias Bakir, que afirmou que o art. 7º delega competência ao CDA, Conselho Deliberativo Ampliado, para decidir sobre o orçamento e plano de trabalho da gestão sindical. O filiado Antônio de Pádua – Toninho, afirmou existir conflito entre os art. 7º e 17º do estatuto, sugerindo que houvesse a votação do orçamento e que fosse levado o plano de trabalho para deliberação num próximo CDA conforme determinava o estatuto do Sindicato. O filiado aposentado Nelson disse achar conflitante não aprovar o orçamento naquele momento, uma vez que sua não aprovação engessaria a continuidade do mandato da atual gestão, propondo que houvesse a aprovação do orçamento. Não havendo consenso entre os presentes as propostas do Toninho e do Nelson foram levadas à votação, sendo que a proposta de se aprovar o orçamento condicionando a aprovação do plano de trabalho para deliberação num próximo CDA, obteve 12 (doze) votos a favor. A proposta do filiado Nelson de aprovação do orçamento sem condicionamento obteve 4 (quatro) votos, sendo que 2 (dois) filiados optaram por se abster da votação. Solicitou a palavra o filiado aposentado Nelson que pediu a união de toda a classe alegando que não era bom ocorrerem agressões entre nós, que a Administração Pública queria nos dividir e que deveríamos somar forças, pedindo respeito e coleguismo aos colegas. Finalizou pedindo para que seja melhorada a divulgação das ações do Sindicato. O ex-presidente Matias Bakir pediu a palavra dirigida ao Presidente da AGO no sentido de ter acesso ao teor da Ata da AGO antes de ser transcrita no livro de Atas. Em resposta e finalizando as falas o presidente da AGO, José Roberto Medeiros – Catraca, respondeu a Matias Bakir que ele conhecia a riqueza de detalhes característica de suas atas, dizendo que o mesmo poderia ficar tranquilo que atenderia seu pedido. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Assembleia Geral Ordinária às 14h02m, sendo lavrada a presente ata que segue assinada pelo presidente da AGO e membro do Conselho Fiscal gestão 2008/09.

Belo Horizonte, 25 de março de 2010

José Roberto Medeiros  
AFRE – Masp 297680.1

Observações: São partes integrantes da presente Ata:

- 1 – Relatório “Ligações particulares sem reembolso – Aparelho nº 9185-1700;
- 2 – Apresentação “Parecer Conclusivo 2009 AGO” – PowerPoint – 20 slides;
- 3 – Apresentação “Esclarecimentos à Categoria Contas SINDIFISCO-MG Gestão 2009” – PowerPoint – 10 slides;